

# **UMA EDUCAÇÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: AS INTERAÇÕES EM SALA DE AULA PROMOVENDO A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO**

Wagner Garcia **PEREIRA** <sup>1</sup>

Wellington da **SILVA** <sup>2</sup>

## **RESUMO**

O presente trabalho apresenta a importância das interações em sala de aula através dos diálogos, possibilitando de forma prazerosa a construção do conhecimento; discorre ainda sobre o contexto histórico da educação brasileira, explicitando, de maneira mais profunda, o seu papel na formação social do aluno, destacando os principais autores dessa história, como John Dewey e Anísio Teixeira, que conceituaram uma visão de educação democrática, e Paulo Freire, que desenvolve o trabalho sobre uma educação dialógica e participativa, contribuindo para a percepção de uma mudança na escola. Ao final são discutidos os novos desafios para que a escola cumpra seu papel de formadora de cidadãos críticos sem prejuízo da igualmente desejável formação conceitual e prática nos conteúdos científicos e tecnológicos.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Educação Democrática; Tecnologia; Educação.

<sup>1</sup> Docente do Departamento de Engenharia – UNIBR-União Brasileira Educacional-Faculdade de Botucatu – 18611-020 – Botucatu-SP – Brasil – wagfisc@gmail.com

<sup>2</sup> Docente do Departamento de Matemática – IFSP-Instituto Federal São Paulo-Campus Birigui – 16201-407 – Birigui-SP – Brasil – wmbirigui@ig.com.br

## **Introdução**

Pensar em uma escola que enfoque uma educação democrática, voltada para a formação cidadã que dê a oportunidade ao acesso científico vinculado ao desenvolvimento de valores os quais possam orientar e contribuir para a construção de uma verdadeira democracia, é realmente pensar na escola ideal, que seja facilitadora do aprendizado e prepare os alunos para viver em sociedade.

Num mundo globalizado, transnacional, nossos alunos precisam estar preparados para uma leitura crítica das transformações que ocorrem em escala mundial. Num mundo de intensas transformações científicas e tecnológicas, precisam de uma formação geral sólida, capaz de ajudá-los na sua capacidade de pensar cientificamente, de colocar cientificamente os problemas humanos. (LIBÂNEO, 2003, p. 8).

O termo educar para democracia é bastante complexo, pois significa fazer valer princípios, atitudes e valores voltados para uma vida em sociedade, preocupando-se com seu bem estar e com os demais a sua volta, fazendo valer o respeito à vida, ao ser humano e as suas diferenças, a responsabilidade, a justiça, a solidariedade e o viver em harmonia consigo e com os outros. Para que se faça valer essa educação, precisamos ultrapassar barreiras de uma educação e um viver desumanizador que enfoca a competitividade, o individualismo, o materialismo, o consumismo e o desrespeito à vida, às diversidades, à desonestidade através da mentalidade de que é certo ser esperto e levar vantagem sobre os outros.

Podemos classificar como o papel da educação nesse contexto um papel de educação transformadora, a qual desencadeie processos de humanização, que cause mudanças de valores, pensamentos, de práticas sociais e políticas que democratizem o conhecimento sistematizado. Nesse contexto de escola, o professor assume o papel de mediador entre o aluno e o conhecimento, abrindo espaço para o diálogo, discussão de conceitos e valores em sala de aula, a fim de formar o aluno como sujeito pensante, criativo e responsável.

A escola deve considerar o conhecimento da própria sociedade, das suas relações, seus interesses, seu contexto histórico, para traçar sua proposta pedagógica e seu plano de ação, considerando as experiências diárias de cada indivíduo. Uma educação para democracia, focada no desenvolvimento de um ambiente socializador, que promova a discussão e a conscientização do aluno enquanto ser humano deve também focar os compromissos desse indivíduo, suas responsabilidades e deveres como cidadão.

É importante que a escola favoreça a transformação das consciências e das atitudes dos indivíduos, formando-os para serem cidadãos de visão ampla e crítica da prática cotidiana e com maior preparo para atuar no aperfeiçoamento e/ou modificação desta prática. A escola, não servindo à mudança e à melhoria dos modos de se pensar, agir e comunicar no mundo, não estará cumprindo sua função educadora.

Na escola atual, deve-se concretizar uma educação em valores a qual ultrapasse a mecânica disciplinarização e doutrinação dos educandos, priorizando uma formação com base no diálogo, na discussão e no estudo crítico e reflexivo dos valores compreendidos através da dinâmica de um contexto determinado pelas relações políticas, econômicas e culturais. Para uma educação em valores, além da disciplinarização e da doutrinação, o educador deve ter clareza de seus objetivos, ou seja, que tipo de cidadão pretende formar e quais os valores que devem ser considerados para esta formação.

Formar sujeitos morais não significa, pelo menos não significa apenas, transmitir esse ou aquele valor, exigir esse ou aquele comportamento, mas contribuir para tornar o indivíduo um sujeito crítico, político, reflexivo. Compete ao professor despertar nos seus alunos o desejo de ser um sujeito moral. Esse é fundamentalmente um processo dialógico, argumentativo, de convencimento. (GOERGEN, 2007, p. 8).

De acordo com esse pensamento de uma educação democrática, percorremos uma parte da história da educação, em busca de teóricos importantes, que valorizavam essa educação libertária, que valoriza o aluno e que o prepara para que se torne um cidadão, capaz de argumentar, expor ideias e viver em sociedade, defendendo seu direito de vida e cumprindo seus deveres de cidadão.

## **O papel da escola na formação social do aluno**

Dois teóricos, John Dewey e Anísio Teixeira, das décadas de 1960 a 1980, defendiam uma educação libertadora e uma socialização em sala de aula, onde privilegiavam as trocas de experiências entre alunos e professores. Pretende-se aqui, segundo o pensamento deles, fazer uma pequena descrição de quem é o aluno que chega às atuais salas de aula, demonstrar a importância de seus pensamentos para os trabalhos de outros autores e para uma educação mais prazerosa.

Os indivíduos passam pela escola durante sua infância, adolescência e juventude, alguns permanecem até mais tarde ou acabam retornando para elas no papel de professor,

mas uma pergunta que se torna difícil de ser respondida com clareza – o que não deveria – é sobre qual o papel da escola na formação do homem. Partindo dessa questão, pretende-se aprofundar esse assunto e verificar que a escola tem algumas responsabilidades na formação do aluno como cidadão, as quais estão esquecidas ou que simplesmente são ignoradas por currículos que sufocam a todos os envolvidos nessa função de ensinar.

A escola foi criada com fins bem específicos de socialização dos mais jovens, ensinando as crianças sobre como deveriam se comportar em sociedade e agir nesse espaço, ou seja, o papel primeiro da escola é de uma formação de cidadãos capazes de interagir em grupos, de questionar, de pensar o mundo em que vivem e se manifestarem, a fim de buscarem o melhor caminho para uma melhoria na qualidade de vida do grupo ao qual pertencem.

Porém, com os avanços tecnológicos, a escola assume o papel de promotora de conhecimentos técnicos específicos, subdividida em especialidades, ensinando conteúdos cada vez mais complexos que, muitas vezes, não fazem sentido para o aluno, e acaba, assim, por se tornar alheia para a maioria dos jovens, que não se identificam com esses conteúdos.

Não afirmando aqui que os conteúdos são pouco importantes – pelo contrário, eles são a base para que o aluno cresça em conhecimento e desenvolva seu raciocínio –, o questionamento é a valorização excessiva dada aos conteúdos e a falta de um olhar humanista, falta da preocupação com a realidade de vida ou das experiências vividas pelos alunos. A intenção é levantar a discussão da importância da socialização do aluno em sala de aula e a preparação para a vida em sociedade, assim como foi o objetivo da escola na sua fundação e é o objetivo das novas propostas de ensino que são discutidas diariamente nas academias e em trabalhos científicos.

## **O pensamento de John Dewey e Anísio Teixeira sobre uma escola nova**

Seguindo esse pensamento de Dewey, surge a percepção de que a escola deve ter um ator principal, e esse ator não é o professor, nem o coordenador ou o diretor, nem conteúdos e nem os currículos – o ator principal do processo de aprendizagem em uma escola é o próprio aluno, jovem esse que vive em uma sociedade com suas

particularidades, com sua forma de ver o mundo, suas experiências, e todos esses fatores devem ser levados em conta no momento em que se pretende lhe ensinar algo. O professor deve levar em consideração as experiências e as particularidades de cada aluno, sua individualidade e, através da interação, estar pronto para aprender e ensinar, pois toda interação consiste em um processo de ensino-aprendizagem, ou seja, ida e volta, é uma troca de experiências, de informação, que verdadeiramente socializa o processo, aproximando muito o ambiente de sala de aula do cotidiano do aluno.

Um segundo teórico, e que se tornou seguidor de John Dewey, é Anísio Teixeira, brasileiro que foi o primeiro a traduzir a obra de Dewey e elaborou propostas de sua aplicação na realidade de nosso país. Anísio pensava em uma escola igualitária, propôs modelos de ensino que focavam o aluno como construtor do próprio conhecimento, dando assim ao professor o papel de colaborador nessa construção. Cabe ao professor, no pensamento de Anísio, ser o mediador do aprendizado dos alunos, um orientador de estudos.

Anísio mostra que a vida é toda feita de trocas de experiências, refletindo que o crescimento e desenvolvimento do ser humano se dão por essas interações que provocam transformações psicofísicas. As transformações de ordem cognitiva podem se denominadas de experiências educativas, pois são experiências chamadas reflexivas, ou seja, em seu processo temos a aquisição de novos conhecimentos ou aprofundamento de conhecimentos prévios, e nessas experiências se fundamenta o trabalho escolar, em uma troca de experiências que proporcione aos alunos novos conhecimentos e base teórica para que possa refletir e se posicionar perante esses novos conhecimentos. Esse processo só é possível mediante uma interação social, dialógica entre professor e aluno, não sendo o professor nesse processo o dono do conhecimento, mas sim um mediador das reflexões e interpretações dos novos conhecimentos pelo aluno.

Prosseguindo nessa linha de pensamento, Anísio define o que vem realmente ser educação quando diz:

... Educar-se é crescer, não já no sentido puramente fisiológico, mas no sentido espiritual, no sentido humano, no sentido de uma vida cada vez mais larga, mais rica e mais bela, em um mundo cada vez mais propício, mais benfazejo para o homem. (TEIXEIRA, 1967).

Segundo Dewey, a educação deveria sempre valorizar o homem como produtor. Mais adiante nos alerta que a mesma educação que forma sujeitos produtores também deve valorizá-los como cidadãos de pleno direito. Em seus escritos, Dewey nos salienta

que [...] a educação em uma democracia deveria ser uma ferramenta que integrasse indivíduo [...]. (DEWEY, 1971, p. 18).

Nesse momento, fica clara a defesa de Dewey a favor do indivíduo e sua capacidade de atuar na dinâmica da vida, porém isso só seria possível se o mesmo fosse acolhido por uma educação que o capacitasse de forma gradual e contínua, percebendo assim que as trocas de experiências são para a vida toda, o indivíduo interage com o mundo o tempo todo e, dessa maneira, deve sempre estar pronto para aprender.

Portanto, para Dewey, existem dois pontos importantes no processo de ensino, seja esse formal ou não. Primeiro o aluno deve ser preparado para a produção, e esse é o papel dos conteúdos na educação, os quais capacitam os alunos para se desenvolverem no processo produtivo da sociedade da qual participam, porém isso não os torna cidadãos plenos. O aluno é sim um indivíduo que conhece as técnicas, os modelos, mas isso não o integra na sociedade, não o torna participante das discussões dessa sociedade. Nesse sentido Dewey levanta uma discussão sobre o segundo ponto a que ele atribui importância: uma educação que privilegie essa formação de cidadão nos processos de ensino.

A construção do conhecimento na escola não pode ficar somente em “falar sobre temas prazerosos, mas, principalmente, em falar prazerosamente sobre temas sociais e científicos, a própria realidade” (CORTELA, 2000, p. 123). O espaço escolar não pode ser um espaço monótono, onde ocorram monólogos de professores “donos do saber” e não se valorize a dinâmica, a fala, a participação do aluno. Em um pensamento semelhante ao de Dewey, uma formação democrática deverá analisar o que ocorre no meio da comunidade, a fim de trazer a realidade para a sala de aula, pois a sociedade não só tem continuidade por transmissão e por comunicação, mas sim existe na transmissão e na comunicação.

A educação deve sempre ter o aluno como ator principal do processo de ensino. Não existe mais espaço na educação para aulas tradicionais, onde somente o professor fala e os alunos reproduzem essas falas. Dewey reafirma que o processo de educação tem de ser de uma educação para a democracia, pois somente assim alcançaremos o objetivo, que é formar cidadãos; para isso devemos compreender o que vem a ser essa educação para democracia.

O ensino deve ser uma atividade viva para a própria vida, que desenvolva essas trocas de experiências, e esse plano de troca de reconstrução contínua deve ser satisfeito dentro de um ambiente prazeroso. O conceito de ensino deve ocorrer em um meio

dialógico, onde a discussão ocorra de forma que não seja somente o professor em seu monólogo, como dito anteriormente, mas que valorize a fala do aluno e permita que esse aluno construa seu conhecimento, desenvolva seu pensamento e atinja, dessa forma, os objetivos de seu aprendizado.

A linguagem é o fator mais importante, pois é através dela e de troca de informações que é possível alargarem-se todas as experiências iniciais, porém apenas palavras vazias não são suficientes para que o aprendizado seja efetivo – é necessário dar significado a essas palavras. Na verdade, para a criança que está aprendendo, não se deve dar o significado pronto dessa palavra, mas negociar esse significado, pois ela tem as suas experiências prévias e um significado já estabelecido para aquele elemento. É necessária então a presença do diálogo para que esse significado seja construído junto com a criança; também segundo Anísio, a palavra permite resumir e ampliar as experiências.

Por fim, a interação dialógica permite a efetividade do ensino, de maneira que permite a construção das experiências futuras nos alunos. O fim da educação é levar os educandos a terem as mesmas ideias finais, concluírem juntos, de modo a prevalecerem mediante as ideias da sociedade e assim poderem modificar seu meio. Tarefa essa que só é possível mediante a socialização da sala de aula, que a transforme em um ambiente de discussão de construção mútua, de diálogo. Segundo Dewey, em relação ao diálogo em sala de aula:

As crianças vão à escola para aprender. Esta, porém, ainda por se provar que o ato de aprender se realiza mais adequadamente quando é transformado em uma ocupação especial e distinta. A aquisição isolada de saber intelectual, tendendo muitas vezes a impedir o sentido social que só a participação em uma atividade de interesse comum pode dar, deixa de ser educativa, contradizendo o seu próprio fim. O que é aprendido, sendo aprendido fora do lugar real que tem na vida, perde com isso seu sentido e o seu valor. (DEWEY, 1975, p. 275).

Após essa discussão sobre os pensamentos de Dewey e de Anísio sobre a socialização na escola, chega-se à conclusão de que é preciso promover uma educação socializadora, compreendendo o ser humano como um ser que aprende toda vez que interage com o meio em que vive, através de suas experiências, e essas experiências pode ser aprofundada em experiências futuras.

### **A importância do diálogo na construção do conhecimento**

A democracia e a criticidade são parâmetros pelos quais se guia o projeto de homem e sociedade freireano. A consecução de uma educação verdadeiramente democrática

dependia, para ele, de práticas e valores que não se encontravam nos usos pedagógicos formalistas, presentes na tradição escolar brasileira.

Freire buscava constituir princípios pedagógicos diferenciados das práticas educativas correntes e comprometidos em alterar o estado de inexperiência democrática, conceito que seguiu sendo usado por ele. Levando em conta a conceituação freireana do homem como sujeito, agente na história e fonte da atividade, nota-se que o ensino marcado pela repetição exaustiva das lições – calcado na ênfase dos exercícios de memória – reforça a imobilidade do indivíduo. Somam-se a isso o problema do distanciamento da realidade e o reducionismo pedagógico centrado no ensino quase exclusivo de noções dos conteúdos, ou em “formas meramente nocionais” (FREIRE, 2002, p. 102).

Freire critica severamente a educação formal brasileira por se apropriar de um modelo de ensino completamente engessado, “conteudista”, que está focado simplesmente em um modelo cansativo e desestimulante que praticamente não faz sentido para o estudante, pois se afasta muito da realidade. A teoria freireana defende um aprendizado onde o aluno participe efetivamente do processo de aprendizagem. Pode ser citado o primeiro modelo de ensino de Freire quando cria os círculos dialógicos que enfatiza a troca de experiências.

Todo esse enredo histórico remete a repensar o ensino como um momento de trocas de experiências, onde o aprendizado informal que o aluno teve na sociedade, nas suas relações de vivência em seu cotidiano, seja trazido para escola e levado em conta, e através de diálogos, discussões, observações que esse conhecimento prévio do aluno é trabalhado até se atingir um conhecimento mais elaborado.

Por fim, nos pensamentos de Paulo Freire encontram-se duas perspectivas distintas para o processo de ensinar, ao defender uma educação voltada à autonomia do educando (FREIRE, 1984). Essas perspectivas são a Educação Bancária e, em oposição a esta, a Educação Problematicadora.

Segundo Freire, a Educação Bancária é concebida como: “um ato de depositar, de transmitir valores e conhecimentos [...]”, na qual:

1. O educador é o que educa; os educandos, os que são educados;
2. O educador é o que sabe; os educandos, os que não sabem;
3. O educador é o que pensa; os educandos, os pensados;
4. O educador é o que diz a palavra; os educandos, os que escutam docilmente;
5. O educador é o que disciplina; os educandos, os disciplinados;
6. O educador é o que escolhe o conteúdo programático; os educandos, jamais ouvidos nessa escolha, acomodam-se a ele;

7. O educador é o que atua; os educandos, os que têm a ilusão de que atuam, na atuação do educador;
8. O educador finalmente é o sujeito do processo; os educandos, o objeto deste; (Freire, 1984).

A atribuição do nome “bancária” deve-se à analogia na qual o processo educacional é visto como uma dinâmica bancária, na qual o professor detentor do saber deposita conhecimentos no estudante, caixa ou conta vazia. Segundo tal analogia, os estudantes assumem papéis passivos e recebem, sem questionar, o conhecimento dos professores que são sujeitos ativos. Portanto, valoriza-se a assimetria na relação: o professor é o responsável pela condução do processo sem levar em conta as questões subjetivas e cotidianas dos aprendizes.

Percebe-se que, nesse modelo de ensino, o aluno é obrigado a assumir a postura imposta pelo professor, e seus conhecimentos prévios são simplesmente ignorados. O próprio planejamento desse ensino é injusto, dado que o professor toma como ponto de partida um programa curricular estabelecido sem conhecimento prévio de quem serão seus educandos e qual a realidade dos mesmos. Partindo desse modelo, acaba ficando evidente que a escola possa se tornar estranha aos jovens, passando a contar com sua apatia ou repúdio, como diz Anísio, já citado anteriormente neste trabalho.

Por outro lado, Freire aponta outro modelo de ensino, onde acontece a troca de experiências; nesse caso, é valorizado o aprendizado prévio dos alunos – esse modelo é denominado educação problematizadora, que é vista no sentido da consideração do outro na interação educativa, tanto quem aprende quanto quem ensina, e o processo deixa de ser passivo por parte do aprendiz, que passa a ter a função crítica e ativa no processo educativo. A função da educação passa a ser o educar para a liberdade, na qual se valoriza cada envolvido no processo educativo, que é realizado de forma dialógica; por isso Freire (2001) utiliza o termo “educador-educando” para se referir à relação pedagógica. Assim,

A educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir “conhecimentos” e valores aos educandos, meros pacientes, a maneira da educação “bancária”, mas um ato cognoscente. Como situação gnosiológica, em que o objeto cognoscível, em lugar de ser o término do ato cognoscente de um sujeito, é o mediatizador de sujeitos cognoscente, educador, de um lado, educandos, de outro, a educação problematizadora coloca, desde logo, a exigência da superação da contradição educadora – educandos. (FREIRE, 1967, p. 68).

Porém, uma dúvida surge: a proposta de uma socialização em sala de aula, que enfoque o aluno como ator principal, que se preocupe com suas experiências cotidianas, e por fim abre espaço para diálogo em sala de aula, tendo o professor não mais como detentor do conhecimento, mas sim como mediador do ensino, pode atrapalhar na dinâmica de exposição dos conteúdos? Essa dúvida, centrada na preocupação de formação intelectual dos alunos, onde se privilegiam os conteúdos, instiga alguns autores, como Saviani e José Carlos Libâneo.

### **A abordagem dialógica não dilui os conteúdos**

A escola tem sido descrita como um processo de doutrinação ideológico, feito através da transmissão de ideias e mensagens, seleção e organização de conteúdos de aprendizagem. Com a sociologia da educação e a psicologia social, ampliou-se o foco dessa análise, levando-nos a compreender que os processos de socialização que ocorrem na escola acontecem também como consequência das práticas sociais que se estabelecem.

Os alunos assimilam ideias e conhecimentos que a eles são transmitidos, mas também – e principalmente – os aprendem como consequência das diversas interações sociais que ocorrem na escola e na aula, entre eles o diálogo que ocorre entre aluno e professor ou entre aluno e aluno. Além disso, o conteúdo oficial do currículo não estimula os interesses e preocupações vitais da criança e do adolescente. Eles aprendem esse conteúdo para passar nos exames e esquecer depois, enquanto a aprendizagem dos mecanismos, estratégias, normas e valores de interação social que lhes possibilitam o êxito pessoal na vida acadêmica e pessoal do grupo estendem seu valor e utilidade além do campo da escola. Esta aprendizagem os induz a uma forma de ser, pensar e agir em suas relações sociais no mundo do trabalho e na vida pública.

Na sociedade contemporânea, a escola perdeu o papel hegemônico na transmissão e distribuição da informação. Os meios de comunicação de massa, e em especial a televisão, oferecem, de modo atrativo e ao alcance da maioria dos cidadãos, uma abundante bagagem de informações. As informações variadas que a população recebe, somadas ao conhecimento de suas experiências e interações sociais com os componentes de seu meio de desenvolvimento, vão criando, de modos sutis, incipientes concepções ideológicas que essa sociedade utiliza para interpretar a realidade cotidiana e para tomar decisões no seu modo de intervir e reagir. O jovem chega à escola com abundante capital

de informações e com poderosas e acríticas pré-concepções sobre os diferentes âmbitos da realidade.

Como afirma BERNSTEIN (1987), citado por SACRISTAN e GÓMEZ (1994, p. 25): “A escola deve transformar-se numa comunidade de vida e a educação deve ser concebida como uma contínua reconstrução da experiência.” A escola, ao tratar das preocupações que provocam o contexto do aluno, facilita o processo de aprendizagem permanente, ajuda o indivíduo a compreender que todo conhecimento ou conduta encontram-se condicionados pelo seu entusiasmo real e, portanto, precisam ser comparados com outras representações, assim como com a evolução de si mesmo e do próprio contexto.

Mais que transmitir informação, a função da escola contemporânea deve ser orientar para provocar a organização racional da informação fragmentária recebida e a reconstrução das pré-concepções acríticas, formadas pela pressão reprodutora do contexto social por meio de mecanismos e meios de comunicação cada dia mais poderosos e de influência menos sutil.

A exigência de provocar a reconstrução, por parte dos alunos, de seus conhecimentos, atitudes e modos de atuação requer outra forma de organizar o espaço, o tempo, as atividades e as relações sociais na aula e na escola. Deve possibilitar a vivência de práticas sociais e intercâmbios acadêmicos que induzam à solidariedade, à colaboração, à experimentação compartilhada, que estimulem à busca, a comparação, a crítica, a iniciativa e a criação, num outro tipo de relação com o conhecimento e a cultura.

A função crítica da escola, em sua vertente compensatória e em sua exigência de provocar a reconstrução crítica do pensamento e da ação, requer a transformação radical de suas práticas pedagógicas e sociais e das funções e atribuições do professor. O princípio básico que norteia a escola nesses objetivos e funções é facilitar e estimular a participação ativa e crítica dos alunos nas diferentes tarefas que se desenvolvem na aula e que constituem o modo de viver da comunidade democrática de aprendizagem.

Para uma educação que pretenda realmente formar cidadãos, é necessário que a prática pedagógica envolva tanto o conteúdo de classe que é desejado como a parte das discussões e das considerações do viver desse aluno fora da sala de aula, seu cotidiano.

O objetivo central na formação de um aluno para a cidadania é formá-lo para se tornar crítico, capaz questionar sobre a prática e avanços da sociedade em que vive. Esse senso crítico só poderá ser desenvolvido através de aulas práticas de rodas de discussão, como aquelas de Paulo Freire, onde aluno não é mais apenas um educando, e professor

não é só educador, mas os dois tornam-se educando – educadores, sendo igualmente responsáveis pelo processo de aprendizagem. Somente teoria não transforma o aluno, é necessário que essa teoria esteja aliada ao cotidiano do educando, como citado por Vasquez (1977):

A teoria em si não transforma o mundo. Pode contribuir para sua transformação, mas para isto tem que sair de si mesma, e, em primeiro lugar, tem que ser assimilada pelos que vão ocasionar, com seus atos reais, efetivos, tal transformação. Entre a teoria e a atividade prática transformadora se insere um trabalho de educação das consciências, de organização de meios materiais e planos concretos de ação: tudo isso como passagem indispensável para desenvolver ações reais e efetivas. Nesse sentido, uma teoria é prática na medida em que materializa, através de uma série de mediações, o que antes só existia idealmente, como conhecimento da realidade ou antecipação ideal de sua transformação. (VASQUES, 1977, p. 206).

Desde o início dessa discussão, houve o empenho em apresentar uma educação que promova verdadeiramente a transformação social na vida dos alunos, do mesmo modo como o conteúdo, ou como denominou Vazques (1977), a teoria não é capaz sozinha de promover essa transformação, mas a metodologia utilizada para aplicação desses conteúdos pode fazer diferença na formação dos indivíduos. Essa aplicação de conteúdos deve respeitar as particularidades dos aprendentes, de modo que não seja apenas transmitida ao aluno como uma absorção de informações, mas sim deve privilegiar o aluno em seu tempo de aprendizagem, suas particularidades e negociar essa aprendizagem de forma que, através de diálogos, torne-se prazerosa, sempre se aproximando da realidade social do aluno. Dessa forma, ele passa a ser também responsável por sua aprendizagem e é treinado a se tornar um cidadão crítico, capaz de interpretar sua realidade e seu viver no cotidiano.

Portanto, o diálogo em sala de aula sustenta o plano de ação sócio-educacional que deve ser proposto pela escola a fim de que promova uma completa formação do cidadão.

Porém, esse diálogo deve ser sustentado de acordo com o currículo a ser aprendido pelos alunos, de forma que possa ser um dialogar cientificamente, ou seja, que esse diálogo em sala de aula traga novos conhecimentos e capacite o aluno em suas tarefas diárias com embasamento teórico. O processo de ensino deve ser bidirecional no diálogo aluno-professor e professor-aluno no que diz respeito às particularidades, ou seja, ao saber cotidiano de cada aluno e na negociação do saber científico com esse aluno. É chamado nesse texto de saber científico o saber didático que é ensinado aos alunos no contexto do

currículo em sala de aula, um conjunto de conhecimento pré-estabelecido por pessoas especializadas e pela própria sociedade em seu contexto histórico.

A escola deve cumprir seus conteúdos, pois isso é importantíssimo para a formação do aluno, mas é preciso atenção quanto à metodologia a ser utilizada, pois a aula não deve estar voltada apenas para o ensino do conhecimento a que se propõe no currículo, mas sempre que possível abrir-se para o diálogo, a fim de facilitar o aprendizado, tornando o ambiente mais suave e adequado para a troca de experiências.

## **Considerações finais**

Portanto, para concluir, o diálogo pode colaborar efetivamente para um aprendizado mais tranquilo, mais prazeroso, como uma metodologia facilitadora na sala de aula, onde o professor pode conhecer mais facilmente as dificuldades do aluno e se orientar em relação ao seu crescimento, no conhecimento e na linguagem utilizada no discurso dos assuntos correlatos à disciplina. Para tanto, o professor deve estar flexível para mudar o seu papel em sala de aula. Nessa metodologia dialógica, onde o aluno tem um espaço maior e também uma responsabilidade maior em seu aprendizado, as aulas não podem ter um formato preestabelecido, mas deve estarem abertas a mudanças o tempo todo, de modo a se adequarem ao comportamento dos alunos, com as práticas válidas naquele tema ou assunto abordado, nos recursos disponíveis pelo professor, nos diálogos dos alunos, já que muitos fatores alteram as aulas e devem ser considerados para que o aprender seja eficaz.

Cabe ao professor perceber esse ambiente de mudança e propor momentos diferentes na aula, para que o aluno sinta-se à vontade e possa participar e interagir, assim como o proposto desde o início deste trabalho: trabalhando nas diferenças entre o Cientista e o Professor do ponto de vista da relação com o saber, tornando-se um agente produtor de conhecimento:

Nessa perspectiva de ensino, o conhecimento vem de “fora para dentro”, tendo uma dimensão instrumentalizadora do ponto de vista político e social. Ao professor caberia a organização dos processos, de métodos, de modo a garantir a apropriação pelo aluno. Nesse contexto, o conhecimento fica longínquo, pois o envolvimento com o saber é superficial, o que impossibilita discussões, argumentações e aprofundamento no assunto. O professor deve ir além, estar envolvido no contexto político-social, conhecer o

cotidiano de seus alunos e promover um ensino que envolva essas questões em sala aula, perante os conteúdos, através de práticas, pesquisas, entre outras atividades que valorizem a participação de todo o grupo, de forma que todos estejam envolvidos nessa construção.

## ABSTRACT

The present work presents the importance of the interactions in the classroom through dialogues, making possible the construction of knowledge in a pleasant way; also discusses the historical context of Brazilian education, explaining in a deeper way its role in the social formation of the student, highlighting the main authors of this story, such as John Dewey and Anísio Teixeira, who conceptualized a vision of democratic education, and Paulo Freire, who develops the work on a dialogic and participative education, contributing to the perception of a change in the school. At the end, the new challenges are discussed so that the school fulfills its role of forming critical citizens without the loss of the equally desirable conceptual and practical training in scientific and technological contents.

## KEY WORDS

Democratic Education; Technology; Education.

## Referências

- CORTELLA, Mário Sérgio. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos**. 3 ed.. São Paulo: Cortez, 2000.
- DEWEY, J.. **Vida e educação**. 9 ed.. São Paulo: Melhoramentos, 1975.
- DEWEY, J.. **Experiência e educação**. São Paulo: Cia Nacional, 1971.
- FREIRE, P.. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- FREIRE, P.. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 42 ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GOERGEN, P.. **Educação moral hoje: cenários, perspectivas e perplexidades. Educação e Sociedade**. [9] Campinas, v. 28, n. 100, out. 2007. Edição Especial.

LIBÂNEO, J. C.. **Sistemas de Organização e de Gestão da Escola: teoria e prática.**

In: LIBÂNEO, J. C.; [11] OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S.. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.** São Paulo: Cortez, 2003. pp. 313-351.

SACRISTÁN, J. G.; Gomez, A. I. P.. **Comprender y transformar La enseñanza.** Madri: Morata, 1994.

TEIXEIRA, Anísio Spinola. **Pequena introdução à filosofia da educação: a escola progressiva ou a transformação da escola.** 5 ed.. São Paulo: Ed. Nacional, 1967.

VAZQUEZ, A. D.. **Filosofia das práxis.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 454.